

Demonstrações Financeiras

Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A. (SMM)

31 de Dezembro de 2025

ÍNDICE**PÁGINAS**

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	1
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	2 – 4
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO E INDIVIDUAL	5
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA E INDIVIDUAL DE RESULTADOS POR NATUREZA	6
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA E INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA	7
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	8
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	9
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10 – 32

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

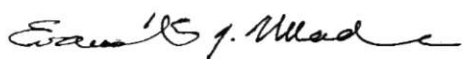
O Conselho de Administração é responsável pela preparação, integridade e adequada apresentação das demonstrações financeiras da **SMM – Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A.**.

O Conselho de Administração considera que, na preparação das demonstrações financeiras, utilizou as políticas contabilísticas mais adequadas, aplicadas de forma consistente e suportadas por julgamentos e estimativas razoáveis e prudentes, e que foram seguidas todas as normas consideradas aplicáveis. O Conselho de Administração está confiante de que as informações contidas nas demonstrações financeiras apresentam de forma adequada os resultados das operações do exercício e a posição financeira da Entidade no encerramento do exercício.

O pressuposto de continuidade das operações foi tomado em consideração na preparação das referidas demonstrações financeiras. Com base nas previsões feitas recursos financeiros disponíveis e apoio continuado dos accionistas, o Conselho de Administração não têm conhecimento de qualquer razão que possa colocar em causa a continuidade da Entidade num futuro previsível.

O Conselho de Administração é igualmente responsável pela manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, concebido para assegurar uma razoável, mas não absoluta certeza sobre a fiabilidade das demonstrações financeiras e para salvaguardar adequadamente os activos da Entidade. Os controlos internos são monitorizados pelo Conselho de Administração e pelos empregados da Entidade com a necessária segregação de autoridade e funções. Os procedimentos estão implementados para monitorar os controlos internos, identificar fraquezas materiais que possam culminar em distorções resultantes de erros e/ou fraudes e implementar as adequadas acções correctivas.

As demonstrações financeiras anuais apresentadas nas páginas 5 à 32 foram aprovadas em 24 de Junho de 2026, e assinadas em seu nome por:



Conselho de Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos accionistas da Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A.

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas e individuais da **Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A.** (a Empresa ou Entidade), constantes das páginas 5 à 32, que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada e individual em 31 de Dezembro de 2025, a demonstração dos resultados consolidada e individual, a demonstração das alterações no capital próprio consolidada e individual e a demonstração dos fluxos de caixa consolidada e individual do ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada e individual da Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A. em 31 de Dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro consolidado e individual e fluxos de caixa consolidado e individual relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

Bases para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas emitidas pela Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* deste relatório. Somos independentes da Entidade de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants) e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende a Declaração de responsabilidade dos Administradores e não inclui as demonstrações financeiras nem o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou outra forma de segurança sobre a mesma.

A nossa responsabilidade em conexão com a nossa auditoria às demonstrações financeiras consolidadas e individuais consiste na leitura da outra informação acima identificada e, ao fazê-lo, considerar até que ponto a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, ou com o entendimento que obtivemos na auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho que efectuamos, concluirmos que existe uma distorção material na outra informação é-nos exigido que reportemos tal facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras consolidadas e individuais

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras consolidadas e individuais de acordo com o Plano Geral de Contabilidade com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF), e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração executiva tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com a ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Como parte de uma auditoria de acordo com a ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondem a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido ao erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do

nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a Entidade descontinue as operações.

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicámos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluído qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos ao Conselho de Administração que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quanto aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicámos ao Conselho de Administração, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria.

Forvis Mazars SCAC, Lda.

Sociedade de Auditores Certificados: 17/SCA/OCAM/2016

Representada por:

Arrone Santos Macuácuá

Auditor Certificado: 100/CA/OCAM/2021

Maputo, 26 de Junho de 2026

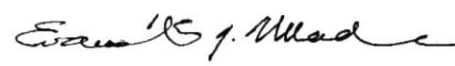
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO E INDIVIDUAL

DOS ANOS FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

Activos	Notas	Grupo (Consolidado)		SMM Individual	
		2025	2024 Reexpresso	2025	2024
Activos não correntes		1 924 432 528	1 970 660 905	1 226 274 392	1 224 072 679
Activos tangíveis	6	1 764 669 333	1 821 860 001	50 213 460	47 240 122
Activos intangíveis	7	159 763 195	148 800 904	60 932	832 557
Investimentos em associadas	8	-	-	1 176 000 000	1 176 000 000
Activos correntes		383 955 606	319 430 469	171 066 911	144 769 228
Inventários	9	18 144 722	30 060 766	6 829 544	5 516 513
Clientes	10	318 555 781	200 625 123	87 220 208	61 443 407
Outros activos correntes	11	37 143 027	41 796 429	71 440 919	76 039 239
Caixa e bancos	12	10 112 076	46 948 151	5 576 240	1 770 069
Total dos activos		2 308 388 134	2 290 091 374	1 397 341 303	1 368 841 907
Capital próprio e passivos					
Capital próprio		1 232 550 141	1 436 665 986	1 084 869 079	1 081 240 024
Capital social	13	800 000 000	800 000 000	800 000 000	800 000 000
Reservas legais	13	38 310 269	4 574 844	38 310 269	4 574 844
Excedentes de revalorização de activos tangíveis		261 296 537	430 073 761	-	-
Resultados transitados		207 570 259	(437 881 050)	236 408 855	(398 043 384)
Resultado líquido do período		(74 626 924)	639 898 431	10 149 955	674 708 564
Passivos não correntes		284 498 268	-	-	-
Empréstimos obtidos	14	284 498 268	-	-	-
Passivos correntes		791 339 725	853 425 388	312 472 224	287 601 883
Fornecedores	15	322 173 306	258 289 564	109 142 217	104 836 465
Empréstimos obtidos	14	73 810 216	339 308 484	73 810 216	54 810 216
Impostos a pagar	16	128 406 202	5 921 245	5 163 099	5 578 004
Outras contas a pagar	17	266 950 001	249 906 095	124 356 692	122 377 198
Total dos passivos		1 075 837 993	853 425 388	312 472 224	287 601 883
Total do capital próprio e dos passivos		2 308 388 134	2 290 091 374	1 397 341 303	1 368 841 907

A Administração

O Técnico de Contas



Evaristo Madime



Nelson Matsinhe

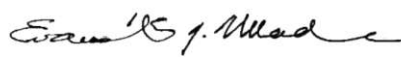
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA E INDIVIDUAL DE RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS ANOS FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

Descrição	Notas	Grupo (Consolidado)		SMM Individual	
		2025	2024	2025	2024
Vendas de bens e de serviços	18	219 793 819	340 674 998	64 280 235	123 254 023
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	19	(116 594 281)	(240 483 012)	(10 543 696)	(59 253 558)
Custos com o pessoal	20	(35 499 467)	(33 551 879)	(17 279 327)	(16 769 135)
Fornecimentos e serviços de terceiros	21	(44 155 851)	(28 190 809)	(19 331 755)	(17 187 094)
Amortizações	6,7	(89 211 008)	(41 660 264)	(1 580 710)	(2 816 643)
Outros ganhos e perdas operacionais	22	(169 696)	(27 498 547)	35 100	(24 022 919)
Resultados operacionais		(65 836 484)	(30 709 513)	15 579 847	3 204 674
Rendimentos extraordinários	23	-	667 389 800	-	667 389 800
Resultados extraordinários		-	667 389 800	-	667 389 800
Rendimentos financeiros	24	142 397	10 830 772	8 790	10 813 606
Gastos financeiros	25	(8 932 837)	(7 612 628)	(5 438 682)	(6 699 516)
Resultados financeiros		(8 790 440)	3 218 144	(5 429 892)	4 114 090
Resultados antes dos impostos		(74 626 924)	639 898 431	10 149 955	674 708 564
Imposto sobre o rendimento	26	-	-	-	-
Resultados líquidos do período		(74 626 924)	639 898 431	10 149 955	674 708 564

A Administração

O Técnico de Contas



Evaristo Madime



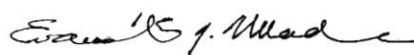
Nelson Matsinhe

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA E INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRECTO

DOS ANOS FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

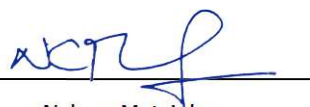
Descrição	Notas	Grupo (Consolidado)		SMM (Individual)	
		2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais					
Resultado líquido do período		(74 626 924)	639 898 431	10 149 955	674 708 564
Amortizações	6.7	89 211 008	42 326 458	1 580 710	2 816 643
Ajustes das amortizações	6.7	2 844 404	7 660 385	1 963 060	9 519 612
Regularizações em activos tangíveis	6.7	-	9 519 612	-	-
Ajustamentos relativos aos resultados transitados		(6 525 846)	65 471 958	(6 520 900)	65 463 220
Excedentes de revalorização de activos tangíveis		-	430 073 761	-	-
Utilização de excedentes de revalorização de activos tangíveis		(122 963 075)	-	-	-
(Aumento)/redução de inventários	9	11 916 044	13 063 382	(1 313 031)	7 773 645
(Aumento)/redução de clientes	10	(117 930 658)	(67 388 763)	(25 776 801)	57 224 907
(Aumento)/redução de outros activos correntes	11	4 653 402	231 691 129	4 598 320	(12 050 969)
Aumento/(redução) de fornecedores	15	63 883 742	306 870 874	4 305 752	(4 555 242)
Aumento/(redução) de impostos a pagar	16	122 484 957	4 877 908	(414 905)	5 578 004
Aumento/(redução) de outras contas a pagar	17	17 043 906	99 016 812	1 979 494	(56 592 231)
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais		(10 009 040)	1 783 081 947	(9 448 346)	749 886 153
Fluxos de caixa das actividades de investimento					
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	6.7	(45 827 035)	(1 763 748 881)	(5 745 483)	(12 183 847)
Aquisição de participações em associadas	8	-	(667 389 800)	-	(667 389 800)
Caixa líquida usada nas actividades de investimento		(45 827 035)	(2 431 138 681)	(5 745 483)	(679 573 647)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento					
Empréstimos obtidos	14	19 000 000	(73 903 324)	19 000 000	(73 903 323)
Realização de aumento de capital social		-	667 389 800	-	-
Caixa líquida usada nas actividades de financiamento		19 000 000	593 486 476	19 000 000	(73 903 323)
Variação de caixa e equivalentes de caixa		(36 836 075)	(54 570 258)	3 806 171	(3 590 817)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		46 948 151	101 518 409	1 770 069	5 360 886
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	12	10 112 076	46 948 151	5 576 240	1 770 069

A Administração



Evaristo Madime

O Técnico de Contas



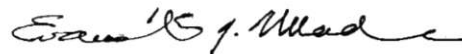
Nelson Matsinhe

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA O ANO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Natureza dos movimentos	Capital próprio atribuível aos detentores do capital					
	Capital Social	Reserva legal	Excedentes de revalorização	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2024	800 000 000	1 243 667	-	(534 975 818)	34 953 987	301 221 836
Aplicação do resultado líquido	-	-	-	34 953 987	(34 953 987)	-
Excedentes de revalorização de activos tangíveis	-	-	430 073 761	-	-	430 073 761
Reserva legal	-	3 331 177	-	-	-	3 331 177
Ajustamentos relativos aos resultados transitados	-	-	-	62 140 781	-	62 140 781
Resultado líquido do período	-	-	-	-	639 898 431	639 898 431
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	800 000 000	4 574 844	430 073 761	(437 881 050)	639 898 431	1 436 665 986
Aplicação do resultado líquido	-	-	-	640 973 138	(640 973 138)	-
Reserva legal	-	33 735 425	-	-	(33 735 425)	-
Utilização da revalorização de activos tangíveis	-	-	(45 814 149)	45 814 149	-	-
Revalorização de activos tangíveis - imposto diferido	-	-	(122 963 075)	-	-	(122 963 075)
Ajustamentos relativos aos resultados transitados	-	-	-	(41 335 978)	34 810 132	(6 525 846)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	(74 626 924)	(74 626 924)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	800 000 000	38 310 269	261 296 537	207 570 259	(74 626 924)	1 232 550 141

A Administração



Evaristo Madime

O Técnico de Contas



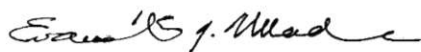
Nelson Matsinhe

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA O ANO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Natureza dos movimentos	Capital próprio atribuível aos detentores do capital				
	Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2024	800 000 000	1 243 667	(526 798 955)	66 623 528	341 068 240
Reserva legal	-	3 331 177	-	(3 331 177)	-
Aplicação do resultado líquido	-	-	63 292 351	(63 292 351)	-
Resultado líquido do período	-	-	-	674 708 564	674 708 564
Ajustamentos relativos aos resultados transitados	-	-	66 116 791	-	66 116 791
Outros movimentos	-	-	(653 571)	-	(653 571)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	800 000 000	4 574 844	(398 043 384)	674 708 564	1 081 240 024
Reserva legal	-	33 735 425	-	(33 735 425)	-
Aplicação do resultado líquido	-	-	640 973 139	(640 973 139)	-
Resultado líquido do período	-	-	-	10 149 955	10 149 955
Ajustamentos relativos aos resultados transitados	-	-	(6 520 900)	-	(6 520 900)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	800 000 000	38 310 269	236 408 855	10 149 955	1 084 869 079

A Administração



Evaristo Madime

O Técnico de Contas



Nelson Matsinhe

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Nota introdutória / Contexto operacional

Designação da entidade	Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A.
Sede	Parque Industrial de Beluluane n. º1/967, Matola – Rio
Actividade	Gestão de participação financeiras, produção, embalagem e comercialização de dispositivos médicos.
Data da constituição	03 de Dezembro de 2008
Número de entidade legal (NUEL)	100 082 381
NUIT	400 220 379
Conselho da Administração	Evaristo José Madime (Presidente do Conselho de Administração) Bélia Muchanga (Directora Geral interina) Nelson Campos Matsinhe (Administrador Não Executivo)
Bancos	BCI – Banco Comercial e de Investimentos, Millennium BIM BNI – Banco Nacional de Investimentos Nedbank Moçambique, Banco Mais, Mozabanco, Standard Bank

A Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A. (adiante, também, designada por “SMM” ou “Empresa”) foi constituída em 03 de Dezembro de 2008 e é detida em 100% pelo IGEPE (Instituto de Gestão de Participações de Estado). A Empresa desenvolve a sua actividade a partir da sua sede social situada Parque Industrial de Beluluane, Distrito de Boane, em Maputo, Moçambique e tem como objecto social principal: o desenvolvimento de projectos para promover a produção local de medicamentos e produtos de saúde, a gestão de participações financeiras e produção, embalagem e comercialização de dispositivos médicos.

A sociedade poderá prestar quaisquer outros serviços e desenvolver outras actividades relacionadas com o seu objecto social, incluindo, entre outros, a terciarização de produção de medicamentos, e a importação e exportação de bens.

A empresa assinou com o Ministério da saúde, a 18 de Setembro de 2025 um contracto de fornecimento de Etanol (Álcool etílico) com a duração de um ano.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada na sede social da empresa. É convicção do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras

reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da SMM, bem como a sua posição e desempenho financeiro, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique e mais concretamente com o Plano Geral de Contabilidade para empresas de grande e média dimensão.

2. Base de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do Plano Geral de Contabilidade com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (abreviadamente designado por PGC-NIRF), aprovado pelo Decreto N.º 70/2009 de 22 de Dezembro, e no pressuposto da continuidade das operações.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC-NIRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo de determinação das políticas contabilísticas adoptadas pela SMM, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade ou em que os pressupostos e as estimativas são significativos para as demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 4.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que originassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo PGC-NIRF.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

3.1. Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras e as notas explicativas estão mensurados em meticais, salvo indicação explícita em contrário. A moeda adoptada para efeitos de preparação e apresentação das presentes demonstrações financeiras teve em consideração a actual legislação e enquadramento normativo vigente em Moçambique.

Assim, a SMM adoptou o metical como moeda de registo e apresentação das suas transacções. A referida adopção do metical é reflectida em todas as facilidades obtida pela empresa no sistema financeiro, apesar de algumas transacções serem efectuadas em moeda estrangeira (ZAR e USD).

Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do metical são convertidas para a moeda de apresentação, mediante a utilização de taxas de câmbio em vigor na data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos e recebimentos das transacções bem como da conversão, ao câmbio da data do balanço, dos

activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Cotações utilizadas

A cotação utilizada para converter os saldos expressos em moeda estrangeira em 31 de Dezembro de 2025 foi a seguinte:

Moeda	2025	2024
MZN/1USD	64.54	64.54
MZN/1ZAR	3.89	3.44
MZN/1EUR	75.77	67.45

3.2. Activos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos activos, são reconhecidos no custo do activo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil do bem, utilizando-se as seguintes vidas úteis:

Descrição	Anos de vida útil
Construções	25 – 50
Equipamento básico	3 – 10
Equipamento de transporte	4 – 5
Mobiliário e equipamento administrativo social	4 – 10
Ferramentas e utensílios	4 – 6

A empresa efectua regularmente a adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, com reflexo nos resultados do exercício. A empresa procede à revisão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado, entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo, e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente

da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecida em resultados do período da anulação do seu reconhecimento.

3.3. Activos intangíveis

Reconhecimento inicial

Os activos intangíveis gerados internamente são reconhecidos pelo seus custos quando estão satisfeitas as condições previstas nos parágrafos 12, 13, 35 e seguintes da NCRF 14 – Activos intangíveis.

Reconhecimento subsequente

Após o reconhecimento inicial, a SMM valoriza os seus activos intangíveis, pelo modelo do custo conforme definido pela NCRF 14 – Activos Intangíveis, que define que um activo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A empresa procede a testes de imparidades sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, que se esperam vir a obter através do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil do bem, utilizando-se as seguintes vidas úteis:

<u>Descrição</u>	<u>Anos de vida útil</u>
SOFTS E OUTROS ACTIVOS INTAGIVEIS	5 – 10

3.4. Custo dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível fazem parte do custo do activo. Esses custos são capitalizados como parte do custo do activo quando é provável que resultem em benefícios económicos futuros para a empresa e, possam ser mensurados com fiabilidade.

3.5. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputados aos resultados na medida em que o serviço é prestado.

É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados, se a empresa tem uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor, resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e, se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

3.6. Imparidade de itens não monetários

A empresa avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se pode encontrar em imparidade. Se tal indicação existir é estimada a respectiva quantia recuperável e, caso

esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de relato, a empresa avalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação é estimada a quantia recuperável do activo e, reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas, apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

3.7. Locações

A determinação se um contracto é ou contém uma locação, baseia-se na substância do contracto, atendendo à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes a propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, que transferem substancialmente todos os riscos e vantagens, o custo do activo é registado como um activo tangível, e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculada conforme descrito na nota 2 (b) e registada como gasto na demonstração de resultados, dentro do período a que respeita. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido no passivo). Os encargos financeiros são suportados nos exercícios a que se referem.

Nas locações operacionais, as rendas são reconhecidas como gasto na base linear durante o período da locação.

3.8. Activos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 25 – Instrumentos financeiros.

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido, bem como das suas características, considerando as seguintes categorias aplicáveis para a Empresa:

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda, são activos financeiros não derivados, detidos com a intenção de os manter por tempo indeterminado, ou são designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Empréstimos e contas a receber

Classificam-se como empréstimos e contas a receber, os activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos na data da contratação, pelo respectivo justo valor, acrescidos do custo de transacção directamente atribuíveis, excepto para o caso dos activos e passivos ao justo valor através dos resultados, em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos nos resultados.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo, ou noutros métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrem transacções de forma regular.

À data do relato, a empresa avalia se existem evidências objectivas de que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e

apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos, que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e, desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, existe incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, existe a probabilidade de entrar em falência ou em organização financeira e, sempre que esteja disponível a informação que indique um decréscimo do valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

As aquisições e alienações de activos financeiros ao justo valor através de resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, a excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação do reconhecimento dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expiram, quando se tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, quando, não obstante retenha parte substancial do activo e de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a empresa tenha transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os activos financeiros disponíveis para a venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou quando seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios, é transferido para resultados.

Os activos detidos até a maturidade, assim como os empréstimos e contas a receber, após o reconhecimento inicial, são mensurados ao custo amortizado, através do método de taxa de juro efectiva, ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento de um activo que se encontra em imparidade, assim como os decorrentes da aplicação do método do juro efectivo.

O justo valor dos activos financeiros que são negociados em mercados financeiros organizados, é o seu preço de compra corrente. Para a ausência de um mercado activo, o justo valor é determinado através de técnicas de avaliação, tais como preços de transacção recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados ou, outros modelos de avaliação.

Os activos financeiros que não seja possível mensurar com fiabilidade ao justo valor, são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

Imparidade

Em cada data de relato é efectuada uma avaliação da existência de evidências objectivas de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidencia objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, no período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida, ajustando-se a conta de redução do activo. A redução não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidencia objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado, que não está registado pelo justo valor, porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado ao capital próprio, e que deve ser liquidado pela entrega de, um tal instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro, e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada no capital próprio, corresponde a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzido de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida nos resultados, é transferida para resultados.

3.9. Instrumentos de capital próprio

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio, quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

3.10. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 25 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando, e somente quando, a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento, e são inicialmente mensurados pelo justo valor acrescido dos custos de

transacção que sejam directamente atribuíveis à aquisição ou emissão do activo financeiro ou passivo financeiro, no caso de passivos que não sejam mensurados pelo justo valor por via de resultados.

A empresa classifica e mensura ao custo, ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contractos derivados associados que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve deixar de reconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extingue, isto é, quando a obrigação estabelecida no contracto é liquidada, cancelada ou expira.

3.11. Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Uma provisão para contractos onerosos é reconhecida quando os benefícios que a empresa prevê obter de um contracto são inferiores ao custo que a empresa irá, inevitavelmente, incorrer para cumprir as suas obrigações ao abrigo desse contracto. A provisão é medida tomando-se como base o valor actual do custo mais baixo previsto para terminar o contracto e o custo líquido previsto para continuar o contracto. Antes de uma provisão ser constituída, a empresa reconhece todas as perdas por imparidade nos activos associados a esse contracto.

3.12. Reconhecimento de gastos e rendimentos

A empresa regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual estes rendimentos são reconhecidos na data da transacção que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas, são registados nas rubricas de "Outros activos correntes" ou "Outros passivos correntes", consoante a natureza da diferença.

3.13. Reconhecimento do rédito

Os proveitos líquidos de descontos que incluem o imposto sobre valor acrescentado representam o valor facturado de bens e serviços fornecidos pela empresa. A empresa mensura o proveito pelo justo valor de retribuição recebida ou a receber, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. O proveito é reconhecido apenas quando é provável que os benefícios económicos inerentes à transacção fluam para a empresa e a quantia do proveito, custos associados incorridos ou a serem incorridos refentes a ela

possam ser mensurados com fiabilidade. Se necessário o proveito é reconhecido separadamente em componentes identificáveis.

3.14. Caixa e bancos

A rubrica caixa e bancos inclui os valores em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades até 3 meses.

3.15. Imposto sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usado para calcular o montante, é a que se encontra em vigor a data de relato, 32%.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável, resultante de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os activos e passivos por impostos diferidos, correspondem ao valor do imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou de um passivo no balanço, e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais, dão também origem a impostos diferidos.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os activos por impostos diferidos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas em outras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

3.16. Compensação

Quando existe um direito legal de compensação entre activos e passivos financeiros reconhecidos e não há intenção de pagar o passivo e realizar o activo simultaneamente, ou quitá-lo pelo valor líquido, todos efeitos financeiros relacionados são compensados.

3.17. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data ("eventos ajustáveis") são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após essa data ("eventos não ajustáveis") são divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materiais.

4. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação de demonstrações financeiras exige que a Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impacto nos valores reportados nas demonstrações financeiras. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

As principais estimativas contabilísticas utilizadas são analisadas como segue:

Imparidade de contas a receber

A empresa reavalia periodicamente as evidências de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Nomeadamente, para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, a empresa efectua uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos. A empresa considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada, permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Imparidade de activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade, sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

Ajustamentos ao valor realizável líquido

Os inventários são revistos para efeitos de ajustamento ao valor realizável líquido, sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

Vidas úteis dos activos tangíveis e intangíveis

A empresa reavalia continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis. As estimativas de vida útil remanescente, são baseadas na experiência, no estado e na condição de funcionamento do activo. Caso se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

Provisões para litígios judiciais

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que a empresa é parte interessada, são constituídas atendendo à expectativa de parte da Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto de revisão anual.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações, nestes casos, os valores registados resultam do

melhor entendimento sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Por outro lado, as Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal da empresa durante um período de 10 anos, podendo daí resultar, eventuais correcções, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC, IRPS e IVA.

A Administração acredita ter cumprido com todas as obrigações fiscais a que a empresa se encontra sujeita, pelo que não se espera que eventuais correcções à matéria colectável declarada, decorrentes destas revisões, venham a ter um efeito nas demonstrações financeiras.

5. Alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Alterações de políticas contabilísticas

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, o Grupo procedeu à revisão dos procedimentos adoptados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de forma a assegurar uma apresentação mais apropriada e em conformidade com os normativos contabilísticos aplicáveis.

No âmbito desta revisão, foi adoptado o método da equivalência patrimonial para o reconhecimento dos investimentos em entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa, reflectindo adequadamente a participação do Grupo nos resultados e no património líquido dessas entidades.

Adicionalmente, foram eliminados os saldos e transacções Intra grupo existentes entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação. Verificou-se que, nos exercícios anteriores, determinadas eliminações Intra grupo não haviam sido efectuadas integralmente, originando uma sobreavaliação de algumas rubricas das demonstrações financeiras consolidadas.

Consequentemente, a Administração concluiu que o tratamento anteriormente adoptado configurava um erro de períodos anteriores, tendo procedido à reexpressão das informações comparativas apresentadas, de modo a reflectir os efeitos da eliminação dos saldos Intra grupo e a assegurar a comparabilidade entre os períodos apresentados.

A correcção efectuada não teve impacto nos fluxos de caixa do Grupo, mas alterou a apresentação e mensuração de determinadas rubricas das demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente investimentos financeiros, contas a receber, contas a pagar e resultados acumulados, conforme aplicável.

A Administração considera que as demonstrações financeiras reexpressas apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo.

Alterações nas estimativas contabilísticas

No exercício findo a 31 de Dezembro de 2025, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas.

6. Activos tangíveis

A rubrica de activos tangíveis pode ser analisada como segue:

Descrição	31-Dez-2024	Transferências	Adições	31-Dez-2025
Activos tangíveis				
Equipamento básico	7 069 150	-	177 479	7 246 629
Mobiliário e equipamento administrativo social	2 589 871	-	276 860	2 866 731
Equipamento de transporte	8 648 000	-	700 000	9 348 000
Ferramentas e utensílios	161 298	-	4 257	165 555
Investimentos em curso	47 570 891	1 979 696	644 133	50 194 720
	66 039 210	1 979 696	1 802 729	69 821 634

Depreciações	31-Dez-2024	Amortizações do período	Regularizações	31-Dez-2025
Equipamento básico	640 200	717 268	-	1 357 468
Mobiliário e equipamento administrativo social	584 999	488 604	-	1 073 603
Equipamento de transporte	8 523 000	171 667	-	8 694 667
Ferramentas e utensílios	63 849	40 679	-	104 528
Investimentos em curso	8 987 040	-	(609 132)	8 377 908
	18 799 088	1 418 218	(609 132)	19 608 174
Quantia registada	47 240 122			50 213 460

7. Activos intangíveis

A rubrica de activos intangíveis pode ser analisada como segue:

Descrição	31-Dez-2024	Transferências	Adições	31-Dez-2025
Activos Intangíveis				
Despesas de desenvolvimento	3 241 080	-	-	3 241 080
Investimentos em curso	609 133	(1 979 696)	1 370 563	-
	3 850 213	(1 979 696)	1 370 563	3 241 080

Descrição	31-Dez-2024	Amortizações do período	Regularizações	31-Dez-2025
Activos intangíveis				
Despesas de Desenvolvimento	3 017 656	162 492	-	3 180 148
	3 017 656	162 492	-	3 180 148
Quantia registada	832 557			60 932

8. Investimentos em associadas

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	% de participação	31-12-2025	31-12-2024
Indústria Farmacêutica, Lda	49%	1 176 000 000	1 176 000 000
		1 176 000 000	1 176 000 000

Em relação aos investimentos Financeiros na Associada a percentagem de participação se mantém em 49% não tendo nenhuma alteração durante o ano.

9. Inventários

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados e intermédios	5 700 161	4 624 498	3 706 142	1 748 552
Matérias primas, auxiliares e materiais	12 444 561	24 183 085	3 123 402	3 767 961
Produtos em vias de fabrico	-	1 253 183	-	-
Total	18 144 722	30 060 766	6 829 544	5 516 513

10. Clientes

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)				Individual (SMM)	
	2025	2024 reexpresso	Ajustes de reexpressão	2024 antes da reexpressão	2025	2024
Clientes C/C - moeda nacional						
Partes relacionadas						
Indústria Farmacêutica, Lda (nota 27)	348 860	404 437	(388 577)	793 014	684 039	793 014
Outras entidades						
FNM - Fábrica Nacional de Medicamentos	17 679 769	-	-	-	-	-
Farmac	145 896	1 050	-	1 050	145 896	1 050
CMAM - Central de Medicamentos e Artigos Medicos	299 992 672	183 961 034	-	183 961 034	86 001 689	59 722 902
Hospital Privado de Maputo	53 280	65 280	-	65 280	53 280	65 280
ICOR - Instituto de Coração	-	369 036	-	369 036	-	369 036
Sunshine Hospitais	-	66 973	-	66 973	-	66 973
KL-Medical & Serviços, Lda	228 400	342 600	-	342 600	228 400	342 600
Engfar Consultoria e Serviços, Lda	109 981	130 981	-	130 981	109 981	130 981
Community Carbon SU, Lda	(23 980)	(23 980)	-	(23 980)	(23 980)	(23 980)
MOZ PARKS	4 800	4 800	-	4 800	4 800	4 800
Strides Pharma, S.A.	-	15 332 161	-	15 332 161	-	-
Outros	45 352	-	-	-	45 352	-
Subtotal	318 585 030	200 654 372	(388 577)	201 042 949	87 249 457	61 472 656
Clientes de cobrança duvidosa						
Clientes	3 784 981	3 784 981	-	3 784 981	3 784 981	3 784 981
Outros devedores	1 082 002	1 082 002	-	1 082 002	1 082 002	1 082 002
Subtotal	4 866 983	4 866 983	-	4 866 983	4 866 983	4 866 983
Ajustamentos de contas a receber de clientes	(4 896 232)	(4 896 232)	-	(4 896 232)	(4 896 232)	(4 896 232)
Total	318 555 781	200 625 123	(388 577)	201 013 700	87 220 208	61 443 407

A nota de clientes de 2024 foram reexpressas para refletir a eliminação de saldos e transações intragrupo que não haviam sido integralmente anulados no exercício anterior. Esta reexpressão visa assegurar a adequada aplicação dos procedimentos de consolidação e melhorar a comparabilidade da informação financeira apresentada.

11. Outros activos correntes

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)				Individual (SMM)	
	2025	2024	Ajustes de reexpressão	2024 antes da reexpressão	2025	2024
Adiantamentos aos trabalhadores	1 088 430	84 500	-	84 500	1 088 430	84 500
Adiantamentos - órgãos sociais	15 000	15 000	-	15 000	15 000	15 000
Devedores diversos (nota 11.1)	35 872 119	41 475 840	(71 398 186)	112 874 026	70 337 489	75 939 739
Acréscimos e diferimentos	167 478	221 089	-	221 089	-	-
Total	37 143 027	41 796 429	(71 398 186)	113 194 615	71 440 919	76 039 239

As notas de outros activos correntes de 2024 foram reexpressas para refletir a eliminação de saldos e transações intragrupo que não haviam sido integralmente anulados no exercício anterior. Esta reexpressão visa assegurar a adequada aplicação dos procedimentos de consolidação e melhorar a comparabilidade da informação financeira apresentada.

11.1. Devedores diversos

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

		Grupo (Consolidado)				Individual (SMM)	
		2025	2024	Ajustes de reexpressão	2024 antes da reexpressão	2025	2024
Partes relacionadas							
Indústria Farmacêutica, Lda	(nota 27)	35 872 119	35 872 120	(34 465 369)	70 337 489	70 337 489	70 337 489
Outras entidades							
Autoridade Tributária de Moçambique		-	1 084 790	-	1 084 790	-	1 084 790
Fasaf Serviços & Logística, Lda		-	4 517 460	-	4 517 460	-	4 517 460
Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A.		-	1 470	(36 932 817)	36 934 287	-	-
Total		35 872 119	41 475 840	(71 398 186)	112 874 026	70 337 489	75 939 739

12. Caixa e Bancos

Esta rubrica inclui:

		Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
		2025	2024	2025	2024
Caixa		379 833	103 337	289 669	20 456
Subtotal		379 833	103 337	289 669	20 456
Bancos					
Moeda nacional					
BCI-MZN-1563358810001		2 438 845	16 898	2 438 845	16 898
BCI-MZN-1563358810002		624	624	624	624
MZB-MZN-284177810001		34 473	17 236	34 473	17 236
STB-MZN-1176533761008 N		32	369 057	32	369 057
MBIM-MZN-398226711		60 000	40 000	60 000	40 000
Banco Mais 466202010001		306	306	306	306
NedBank-00010727409		981 332	1 031 835	981 332	1 031 835
BNI-MZN-00000056601		1 525 010	28 580	1 525 010	28 580
Transitória-Bancos		18 136	18 136	18 136	18 136
NedBank-00026522903 MZN		7	7	7	7
Access Bank		872	-	872	-
FCB MZN 210721910001		1 499 750	32 293 159	-	-
NEDBANK MZN 00027399804		2 016 083	5 171 146	-	-
FCB MZN LVP 210721910002		905 647	2 784 938	-	-
Millennium BIM 1116185112		5 968	2 949 649	-	-
		9 487 085	44 721 571	5 059 637	1 522 679
Moeda estrangeira					
BCI-USD-1563358810003		966	966	966	966
FCB-USD-210721911001		18 224	18 224	-	-
		19 190	19 190	966	966
Depósitos a prazo					
BCI		225 968	225 968	225 968	225 968
FCB-MZN-210721930002		-	1 878 085	-	-
		225 968	2 104 053	225 968	225 968
Subtotal		9 732 243	46 844 814	5 286 571	1 749 613
Total		10 112 076	46 948 151	5 576 240	1 770 069

13. Capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a estrutura accionista apresenta-se como segue:

		Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
		2025	2024	2025	2024
IGEPE		800 000 000	800 000 000	800 000 000	800 000 000
Total		800 000 000	800 000 000	800 000 000	800 000 000

De acordo com a lei vigente a Empresa deve transferir para reserva legal 5% dos lucros líquidos até que esta represente pelo menos 20% do capital social (art.º. 305 do Código comercial). Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou cobrir os prejuízos, depois de esgotados todas as reservas.

Conforme deliberação da Assembleia Geral realizada em 19 de Junho de 2025, o lucro líquido do exercício de 2024 foi destinado a reforço da reserva legal em cerca de 5% (correspondente a 33.735.425 Meticais) e os remanescentes 640.973.138 Meticais a ser transferidos para a rubrica de resultados transitados.

14. Empréstimos obtidos

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Correntes				
Empréstimos de curto prazo	32 310 216	32 310 216	32 310 216	32 310 216
BNI CCC	21 805 781	21 805 781	21 805 781	21 805 781
Juros CCC	10 504 435	10 504 435	10 504 435	10 504 435
Outros empréstimos obtidos	41 500 000	306 998 268	41 500 000	22 500 000
Subscrição papel comercial	41 500 000	22 500 000	41 500 000	22 500 000
PHARMATECH FZCO	-	284 498 268	-	-
Subtotal	73 810 216	339 308 484	73 810 216	54 810 216
Não correntes				
Empréstimos de médio e longo prazo				
PHARMATECH FZCO	284 498 268	-	-	-
Subtotal	284 498 268	-	-	-
Total	358 308 484	-	-	-

No decorrer do processo de preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, a Administração identificou que o financiamento obtido junto da PHARMATECH FZCO, no montante de MZN 284,498,268, havia sido indevidamente classificado como passivo corrente em períodos anteriores.

Após a revisão dos termos contratuais do referido financiamento, concluiu-se que, à data do reconhecimento inicial e à data de relato de 31 de Dezembro de 2024, a obrigação não era exigível no prazo de doze meses após a data do balanço, pelo que deveria ter sido apresentada como passivo não corrente, em conformidade com os critérios de classificação previstos no PGC-NIRF.

Consequentemente, a apresentação comparativa foi ajustada para reflectir adequadamente a natureza de longo prazo da obrigação. Esta correcção afectou apenas a classificação entre passivos correntes e não correntes, não tendo qualquer impacto no total dos passivos, no capital próprio ou nos resultados dos exercícios apresentados.

15. Fornecedores

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)				Individual (SMM)	
	2025	2024	Ajustes de reexpressão	2024 antes da reexpressão	2025	2024
Fornecedores conta corrente - moeda nacional						
EMBALAGENS MPACT LDA	2 348	2 348	-	2 348	2 348	2 348
MATOLA GAS COMPANY	898 989	4 615 450	-	4 615 450	562 777	562 777
TOPACK	12 945	12 945	-	12 945	12 945	12 945
CONTROL PLUS	184 236	59 913	-	59 913	111 360	27 840
LABOTECH LABORATORY TECHNOLOGIES	1508	7 865	-	7 865	1 508	1 508
EXTIN MAPUTO	7 769	-	-	-	7 769	-
Aguas da Região de Metropolitana de Maputo, S.A.	13 318	18 374	-	18 374	152	152
Sociedade Moçambicana de Medicamentos	-	-	(388 577)	388 577	-	-
AQUAREL TRATAMENTO DE AGUAS LDA	11 174	11 174	-	11 174	11 174	11 174
Refleta Labs Mozambique	4 661	4 661	-	4 661	-	-
FV GUIAMBA	498	498	-	498	498	498
IDALAB	25 304	25 304	-	25 304	25 304	25 304
ET MOCAMBIQUE	106	106	-	106	106	106
MISAU - DEPARTAMENTO FARMACEUTICO	7 000	7 000	-	7 000	7 000	7 000
Electricidade de Moçambique	-	2 483 666	-	2 483 666	-	1 399 996
MHL AUTO S.A.	1 880 207	1 815 291	-	1 815 291	-	-
Farma Holdings S.A.	25 643 853	-	-	-	-	-
PREHS	6 318	6 318	-	6 318	6 318	6 318
RIMPEX LDA	139 967	139 967	-	139 967	139 967	139 967
FERRAGEM CASA NOVA	2 450	2 450	-	2 450	-	-
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE	-	2 000	-	2 000	-	2 000
Fabrica Nacional de Medicamentos	5 942 108	-	-	-	-	-
ELETRICA VOLT	1 052	1 052	-	1 052	1 052	1 052
MOORE	718 851	-	-	-	-	-
Mozambique Holdings Lda	5 901 436	-	-	-	-	-
Fidelidade Impar	229 089	-	-	-	-	-
Romeu Obadias Madime	71 104	-	-	-	-	-
Outros	14 487 277	7 658 001	-	7 658 001	12 194 046	7 657 548
Subtotal	56 193 568	16 874 383	(388 577)	17 262 960	13 084 324	9 858 533
Fornecedores C/C - moeda estrangeira						
HIGH HOPE INT L JIANGSU MEDICINES & HEALTH	59 373 066	59 337 269	-	59 337 269	59 373 066	59 337 269
Southern Borewells Private LTD	-	728 018	-	728 018	-	-
Farma Holdings SA	32 441 418	58 066 171	-	58 066 171	32 441 418	32 422 317
FREDVIC, S.L	19 157 687	15 380 252	-	15 380 252	-	-
NANJING UNITED OVERSEAS MEDICINE TECHNOLOGY CO. LTD	15 443 675	15 327 630	-	15 327 630	12 610 701	12 494 656
PHARMATECH FZCO	71 208 195	55 583 753	-	55 583 753	-	-
HONG KONG AFRICA PHARMACEUTICAL TECHNOLOGY MANAGEMENT, LIMITED	73 042 819	42 724 046	-	42 724 046	-	-
ChemiCorp	5 119 386	-	-	-	5 119 386	-
ISS Mocambique limitada	2 771	-	-	-	-	-
Subtotal	275 789 017	247 147 139	-	247 147 139	109 544 571	104 254 242
Adiantamentos a fornecedores - moeda nacional						
Z&K services Lda	-	50 953	-	50 953	-	50 953
GARP CF gama afonso Despachante	86 881	41 149	-	41 149	86 881	41 149
Brithol Michcoma	94 185	46 051	-	46 051	46 051	46 051
AGUAS DA REGIAO DE MAPUTO	1 418	-	-	-	1 418	-
VODACOM	-	1 987	-	1 987	-	1 987
BEARING MAPUTO	-	250	-	250	-	250
EXTIN MAPUTO	-	281	-	281	-	281
CLUBNET	2 499	2 499	-	2 499	2 499	2 499
Machrent	31 830	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores - moeda estrangeira						
ChemiCorp	4 191 405	4 980 045	-	4 980 045	4 191 405	4 980 045
Yiwu Shoufeng Trading CO., LTD	127 671	127 671	-	127 671	127 671	127 671
BioBridge Healthcare Solutions Pvt. Ltd	5 005 329	-	-	-	5 005 329	-
HONG KONG AFRICA PHARMACEUTICAL TECHNOLOGY MANAGEMENT LTD	-	-	-	-	4 025 424	4 025 424
Dhanush Engineers, LLP	83 686	-	-	-	-	-
Merck Life Science (Pty), Ltd	107 153	-	-	-	-	-
Metrohm South Africa (PTY) Ltd	77 222	-	-	-	-	-
OUTROS	-	481 072	-	481 072	-	-
Subtotal	9 809 279	5 731 958	-	5 731 958	13 486 678	9 276 310
Total	322 173 306	258 289 564	(388 577)	258 678 141	109 142 217	104 836 465

16. Impostos a pagar

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Devedor Estado				
Pagamentos por conta	-	33 333	-	33 333
Pagamento especial por conta	112 700	413 007	-	349 307
Activos por impostos diferidos	896 708	896 708	896 708	896 708
	1 009 408	1 343 048	896 708	1 279 348
Credor Estado				
Impostos retidos na fonte	6 254 114	7 114 426	5 927 921	6 795 115
Contribuições para o INSS	198 420	149 867	131 886	62 237
Passivos por impostos diferidos	122 963 076	-	-	-
	129 415 610	7 264 293	6 059 807	6 857 352
Total	(128 406 202)	(5 921 245)	(5 163 099)	(5 578 004)

17. Outras contas a pagar

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

		Grupo (Consolidado)				Individual (SMM)	
		2025	2024	Ajustes de reexpressão	2024 antes da reexpressão	2025	2024
Partes relacionadas							
Indústria Farmacêutica, Lda	(nota 27)	38 440 279	38 440 279	(36 932 817)	75 373 096	75 373 096	-
Pessoal		2 496 988	1 043 758	-	-	253 866	-
Outras operações com os trabalhadores		-	-	-	-	-	-
Consultores, assessores e intermediários		-	-	-	-	-	-
MHL - Loan		4 900 000	4 900 000	-	4 900 000	-	-
Partes relacionadas (INFARMA)		-	-	-	-	-	-
Strides Pharma Mozambique - Loan		-	97 785 120	-	97 785 120	-	-
Nanjing UOM		500 000	500 000	-	500 000	500 000	500 000
Strides Pharma Mozambique		-	59 857 920	-	59 857 920	-	-
Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A.		-	-	(34 465 370)	34 465 370	-	-
FNM - Fábrica Nacional de Medicamentos		172 383 003	-	-	-	-	-
Credores diversos		-	-	-	1 043 758	-	74 498 181
Acréscimos e diferimentos	(nota 17.1)	48 229 731	47 379 018	-	47 379 017	48 229 730	47 379 017
Total		266 950 001	249 906 095	(71 398 187)	321 304 281	124 356 692	122 377 198

17.1. Acréscimos e diferimentos

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Acréscimo de gastos	(1 274 867)	(572 562)	(1 274 867)	(572 561)
Gastos diferidos	151 195	299 603	151 195	299 603
Acréscimos de rendimentos	(47 106 059)	(47 106 059)	(47 106 058)	(47 106 059)
Total	(48 229 731)	(47 379 018)	(48 229 730)	(47 379 017)

18. Venda de bens e serviços

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)				Individual (SMM)	
	2025	2024	Ajustes de reexpressão	2024 antes da reexpressão	2025	2024
Amoxicilina 500 mg (Capsula)	-	30 157 050	-	30 157 050	-	-
Venda IGV	-	70 529 299	-	70 529 299	-	17 220 068
Paracetamol 500 mg frasco c/ 1000	-	16 509 501	-	16 509 501	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	3 416	-	-	-	3 416	-
Produtos COVID	137 517	56 915 390	(7 585)	56 922 975	188 820	56 922 975
Metformina 1000 mg Comprimidos	-	9 443 952	-	9 443 952	-	-
Luvas	-	3 042 500	-	3 042 500	-	3 042 500
Mascaras	3 034 188	-	-	-	3 034 188	-
Alcool	61 053 811	46 068 480	-	46 068 480	61 053 811	46 068 480
Co-Trimoxazole 480 mg Comprimidos	34 209 026	22 712 944	-	22 712 944	-	-
Fenoxymetilpenicilina	-	58 126 250	-	58 126 250	-	-
Metronidazol 250 MG	3 628 308	16 274 967	-	16 274 967	-	-
Omeprazol	-	3 587 547	-	3 587 547	-	-
Ciprofloxacina	-	7 307 118	-	7 307 118	-	-
Glicose Injectavel 500ml	10 714 710	-	-	-	-	-
Cloreto de Sodio Injectavel 500ml	2 320 107	-	-	-	-	-
Lactato de Ringer Injectavel 1000ml	3 115 930	-	-	-	-	-
Cloreto de Sodio 0.9%l 1000ml	2 869 064	-	-	-	-	-
Paracetamol 500mg	6 982 909	-	-	-	-	-
Fenoxymetilpenicilina 500mg	29 063 125	-	-	-	-	-
Amoxicilina 500mg	60 314 100	-	-	-	-	-
Sulphamethoxazole BP	2 347 608	-	-	-	-	-
Total	219 793 819	340 674 998	(7 585)	340 682 583	64 280 235	123 254 023

As vendas de 2024 Consolidadas foram reexpressas para refletir a eliminação de transações intragrupo que não haviam sido integralmente anulados no exercício anterior. Esta reexpressão visa assegurar a adequada aplicação dos procedimentos de consolidação e melhorar a comparabilidade da informação financeira apresentada

19. Custos dos inventários vendidos ou consumidos

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Existências iniciais	30 060 765	43 124 148	5 516 513	13 290 158
Compras	104 678 238	227 419 629	11 856 727	51 479 912
Existências finais	(18 144 722)	(30 060 765)	(6 829 544)	(5 516 512)
Total	116 594 281	240 483 012	10 543 696	59 253 558

20. Custo com o pessoal

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Remunerações aos trabalhadores	31 131 113	26 112 172	15 395 445	10 496 170
Encargos sobre remunerações	1 115 534	945 261	520 658	357 695
Indemnizações	1 396 643	15 658	-	-
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	341 581	112 186	211 574	23 504
Ajudas de custos	409 646	100 000	46 700	100 000
Outros gastos com pessoal	1 104 950	6 266 602	1 104 950	5 791 766
Total	35 499 467	33 551 879	17 279 327	16 769 135

21. Fornecimento e serviços de terceiros

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Gás	1 156 433	1 931 657	-	-
Água	389 520	484 409	42 044	124 282
Electricidade	6 122 322	3 583 319	561 869	293 581
Combustíveis	1 428 457	1 614 621	884 053	1 099 338
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	57 100	67 670	25 423	65 315
Material de manutenção e reparação	1 050 478	875 581	298 438	259 367
Material de escritório	417 605	148 841	79 671	76 370
Material de limpeza	112 885	175 832	22 302	26 834
Livros e documentação técnica	950	-	950	-
Material Informático	254 427	113 453	59 023	53 920
Material de Laboratório	316 286	89 426	13 000	-
Manutenção e reparação	2 917 012	810 984	423 162	386 700
Transportes de carga	7 635 281	2 279 772	6 255 400	2 169 339
Transportes de pessoal	529	10 859	-	10 859
Comunicações	312 803	227 144	110 280	70 809
Honorários	9 400 264	1 966 330	3 137 281	1 614 294
Publicidade e propaganda	1 535 163	536 686	1 150 936	420 164
Deslocações e estadias - em serviço	216 525	2 197 809	70 140	2 138 568
Despesas de representação	765 508	925 749	556 364	899 596
Contencioso e notariado	1 187 284	34 094	315 275	25 675
Rendas e alugueres	1 931 168	1 982 858	1 878 875	1 982 858
Seguros	794 510	480 279	359 516	429 718
Limpeza higiene e conforto	308 216	1 149 109	68 634	1 149 109
Controlo de pragas	452 021	377 484	153 120	156 600
Vigilância e segurança	1 262 636	961 861	396 122	496 035
EPIs	252 653	153 116	51 815	36 673
Trabalhos especializados	39 386	352 888	-	195 151
Outros fornecimentos e serviços	3 838 429	4 658 978	2 418 062	3 005 939
Total	44 155 851	28 190 809	19 331 755	17 187 094

22. Outros ganhos e perdas operacionais

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Outros ganhos operacionais				
Alienação	-	917 428	-	917 428
Subsídios à exploração	1 399 996	-	1 399 996	-
Outros ganhos operacionais	104 208	2 515 679	40 689	1 971 390
	1 504 204	3 433 107	1 440 685	2 888 818
Outras perdas operacionais				
Impostos e taxas	1 546 803	1 464 846	1 297 184	1 017 653
Perdas de inventários	65 049	10 488 001	65 049	10 488 001
Perdas em inventários e activos biológicos	14 945	3 354 909	-	-
Outros	47 103	15 623 898	43 352	15 406 083
	1 673 900	30 931 654	1 405 585	26 911 737
Total	(169 696)	(27 498 547)	35 100	(24 022 919)

23. Resultados extraordinários

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Ganhos extraordinários	-	667 389 800	-	667 389 800
Total	-	667 389 800	-	667 389 800

Os resultados extraordinários registados no exercício de 2024 são, essencialmente, decorrentes da valorização da participação financeira da SMM na Indústria Farmacêutica de Moçambique, Lda. Naquele exercício, foi realizado um

aumento de capital social na Indústria Farmacêutica, nos termos do acordo de accionistas vigente, o qual estabelece a manutenção das proporções de participação entre os sócios.

24. Rendimentos e ganhos financeiros

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Juros recebidos	9 811	37 934	60	37 934
Diferenças cambiais favoráveis	115 723	203 229	73	192 894
Outros	16 863	10 589 609	8 657	10 582 778
Total	142 397	10 830 772	8 790	10 813 606

25. Gastos e perdas financeiras

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Diferenças de câmbio desfavoráveis	2 246 811	590 348	1 264 268	495 499
Serviços bancários	2 563 159	967 923	56 768	199 773
Juros suportados	3 718 858	6 054 357	3 713 637	6 004 244
Diferenças cambiais não realizadas	404 009	-	404 009	-
Total	8 932 837	7 612 628	5 438 682	6 699 516

26. Imposto sobre o rendimento

A reconciliação do imposto corrente é a seguinte:

Descrição	2025	2024
Resultado antes de impostos	10 149 955	674 708 564
<u>Correcções fiscais a acrescentar:</u>		
Diferenças de câmbio não realizadas	404 009	-
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática infracções	43 352	15 888
80% das despesas de representação escrituradas a qualquer titular	445 092	719 677
despesas com publicidade para além dos limites fiscais	508 133	-
Despesas confidenciais, ilícitas e/ou não documentadas	-	50 000
50% de encargos com viaturas ligeiras de passageiros	495 781	624 342
25% Encargos com estagiários pre-profissionais	361 949	-
<u>Correcções fiscais a deduzir:</u>		
Proveitos ou ganhos resultantes de operações de concentração de actividades empresariais	-	(667 389 800)
Lucro tributável	12 408 271	8 728 671
Prejuízos fiscais deduzidos	(12 408 271)	(8 728 671)
Matéria colectável	-	-

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa durante um período de cinco (5) anos (Nº 5 do Artigo 75 do CIRPC), podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimentos pontuais da legislação fiscal, nomeadamente em sede do INSS, IRPC, IRPS e Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) eventuais correcções. Embora a SMM apresente um lucro tributável, os prejuízos fiscais acumulados nos anteriores fecham espaço à canalização de imposto sobre o rendimento aos cofres do Estado. A tabela abaixo detalha a determinação da matéria colectável.

27. Partes relacionadas

A Sociedade Moçambicana de medicamentos, SA detêm quotas correspondentes a 49% do capital da Indústria Farmacêutica, Lda., o que torna as duas empresas partes relacionadas uma da outra. Durante o exercício económico em que se relata houve transacções entre as duas empresas, conforme detalha a tabela que se segue:

Saldos				
Associada	Período	Cientes	Outros activos correntes	Outros contas a pagar
Indústria Farmacêutica, Lda (Infarma)	2025	684 039	70 337 489	75 373 096
Indústria Farmacêutica, Lda (Infarma)	2024	793 014	70 337 489	75 373 096

Transacções		
Associada	Período	Vendas
Indústria Farmacêutica, Lda (Infarma)	2025	76 482
Indústria Farmacêutica, Lda (Infarma)	2025	37 350
Indústria Farmacêutica, Lda (Infarma)	2025	12 000
Indústria Farmacêutica, Lda (Infarma)	2025	4 500
Indústria Farmacêutica, Lda (Infarma)	2025	15 000

28. Gestão de riscos, objectivos e políticas

A actividade da SMM é exposta a uma diversidade de riscos financeiros, que envolve análise, aceitação e gestão de certos graus de riscos ou combinação dos mesmos. O objectivo do Conselho de Administração da Empresa deve por isso alcançar um equilíbrio apropriado entre risco e retorno, e minimizar os efeitos potenciais adversos ao desempenho financeiro.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de mudanças nos preços de mercado, tais como taxas de juros e de câmbio.

O objectivo da gestão do risco de mercado é gerir e controlar o risco de mercado dentro de parâmetros que a gestão considere aceitáveis.

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras da empresa podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais USD/MZN. A empresa procura atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

Risco de crédito

O risco de crédito é risco de a empresa incorrer uma perda pelo facto de as contrapartes e clientes não cumprirem com as suas obrigações. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes, gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez. A SMM tem um risco significativo de crédito porque as suas vendas são realizadas a crédito. A exposição máxima a este a risco a 31 de Dezembro de 2025 era a seguinte:

Descrição	31-Dez-2025	31-Dez-24
Clientes	87,249,454	61,443,407
Devedores diversos	70,337,489	75,939,739
Total	157,586,943	137,383,146

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a empresa não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos associados a instrumentos financeiros quando estes vencem. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes, gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez.

A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos elementos, intervalos considerados, a diferença entre os volumes de influxos de caixa e fluxos de caixa, bem como os respectivos gaps de liquidez.

O objectivo da empresa é manter o equilíbrio entre a continuidade do financiamento e a flexibilidade através da utilização de descobertos bancários, locações financeiras e, mais importante, a cobrança dos valores provenientes das suas vendas e prestações de serviço.

29. Contingências e compromissos

A 31 de Dezembro de 2025, a empresa apresentava uma retribuição contingente no valor total de 48.568.125 MZN (quarenta e oito milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, cento e vinte e cinco meticais), resultante de um acordo extrajudicial celebrado com o Banco Nacional de Investimentos (BNI) em Outubro de 2024. Nos termos desse acordo, a SMM comprometeu-se a liquidar a dívida de curto prazo existente na conta corrente caucionada, em troca de uma retribuição correspondente a 100% do valor do empréstimo de longo prazo.

Processos judiciais

Em 31 de Dezembro de 2025, não existem acções legais intentadas ou apresentadas pela Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A.

30. Eventos subsequentes

Não houve factos ou circunstância de natureza relevante ocorridos entre o encerramento do exercício e a data da aprovação das demonstrações financeiras que pudessem ter substantivos sobre os resultados divulgados e a posição financeira da Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A.

31. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da SMM foram aprovadas pelo Conselho de Administração da mesma em ____ de _____ de 2026.